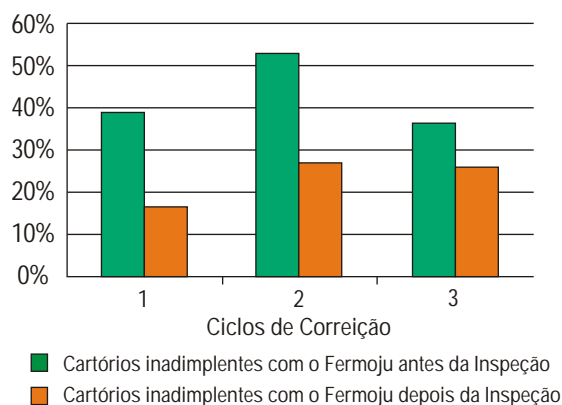


Inspeções nos cartórios reduzem inadimplência com o Fermoju para 23,3%

Dos 283 cartórios inspecionados pela Corregedoria Geral de Justiça em 2005, a inadimplência para com o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju), que chegava aos 42,05 por cento, o equivalente a 119 cartórios caiu para 23,3 por cento (66 unidades). O Trabalho do setor de Auditoria da Corregedoria foi realizado durante três dos cinco Ciclos de Correições, Inspeções e Visitas programados. Dos 327 cartórios existentes em 99 comarcas - mais as vinculadas - onde foram realizados os Ciclos, as inspeções atingiram 283 nos cartórios, ou seja,

INSPEÇÕES REALIZADAS NOS CARTÓRIOS



86,54 por cento do total. No primeiro Ciclo foram inspecionados 97 cartórios, no segundo 81 e no terceiro 105, perfazendo, desta forma, as 283 inspeções. [Página 10](#)

Ação Pedagógica reúne juízes, promotores, defensores, advogados e cartórios em Juazeiro

Mais de 130 pessoas lotaram o auditório do Fórum Desembargador Juvêncio Joaquim de Santana, em Juazeiro do Norte, para prestigiar mais uma etapa do projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, que deu início, dia 21 de março, ao Quarto Ciclo de Correições, Inspeções e Visitas, desenvolvido pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará. Um



total de 46 magistrados esteve presente, representando percentual de 95,85 por cento dos 48 juízes que poderiam comparecer ao evento, oriundos de 42 comarcas da Região do Cariri e municípios adjacentes. O encontro que foi presidido pelo

desembargador João de Deus Barros Bringel, corregedor Geral de Justiça. [Páginas 03 e 04.](#)

DESPEDIDA

O desembargador José Maria de Melo, ao completar 70 anos, foi homenageado na sessão do Pleno, dia 02 de março, do Tribunal de Justiça, marcando sua despedida após 44 anos dedicados à Justiça cearense. A emoção tomou de conta dos presentes. [Página 02](#)



EDITORIAL

Bons números

O trabalho desenvolvido, em 2005, pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará já começou a apresentar bons frutos. Um dos mais significativos, sem dúvida, é o que registra a queda de inadimplência para com o Fundo especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju). Sem esta importante ferramenta que possibilita fazer investimentos diversos, como construções e aquisição de novas tecnologias, a máquina da Justiça estadual cearense deixaria de funcionar a contento.

Dentre as muitas metas traçadas pela atual administração da Corregedoria, que tem a frente o desembargador João de Deus Barros Bringel, uma delas foi perseguir a redução nos índices de inadimplência dos cartórios para com o Fermoju. Dos 283 cartórios inspecionados durante a realização de três Ciclos de Correições, Inspeções e Visitas em 99 comarcas, a inadimplência atingia os 42 por cento, o que representava 119 cartórios.

Com o trabalho realizado, tal realidade decresceu de 42 para 23,3 por cento, ou seja, para 66 (arredondado o número) unidades, proporcionando, desta forma, benefícios ao Fermoju. Vale observar ainda, que a Auditoria da Corregedoria inspecionou 86,54 por cento dos 327 cartórios existentes nas 99 comarcas visitas, índice considerado excelente.

A inadimplência dos cartórios com o Fermoju deve cair ainda mais este ano, tanto pela quitação dos que já foram inspecionados e ainda estão em débito com o Fermoju, bem como em decorrência das novas inspeções que ainda serão realizadas nos cartórios das comarcas que compõem mais dois Ciclos de Correições, Inspeções e Visitas: um tendo Juazeiro do Norte como sede e o outro em Quixadá.

Desembargador José Maria de Melo é homenageado pelo Tribunal de Justiça

A emoção foi a marca maior da sessão plenária do dia 02 de março, que marcou a despedida do desembargador José Maria de Melo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, após PRATICAMENTE 44 anos dedicados à Justiça Cearense, dos quais mais de 20 anos como desembargador. Ele recebeu a homenagem de todos os desembargadores presente ao Pleno, tendo à frente o desembargador Francisco da Rocha Victor, presidente do Tribunal.

O desembargador José Maria de Melo, atual presidente da Associação Cearense de Magistrados, solicitou sua aposentadoria quatro dias antes de completar setenta anos, o que ocorreu dia 06 de março. Chamado pelos que fazem o Judiciário por "Trator", devido às suas muitas obras administrativas, o desembargador José Maria é tido como um elo divisor da justiça estadual: a justiça antes e depois de José Maria de Melo.

O Desembargador, que galgou todos os postos do judiciário cearense, foi inicialmente salgado pelo desembargador

Ademar Mendes Bezerra, que afirmou: "O prestígio do desembargador está na sua integridade moral, no seu caráter, no seu trabalho, nas suas decisões, nas suas ementas, que nós chamamos aqui no Tribunal de acórdãos. Este sim, é o seu comportamento retilíneo, que vai fazer com que ele permaneça imorredouro nos anais da sociedade, nos anais deste sodalício".

O desembargador José Maria de Melo também foi saudado pelos desembargadores Francisco da Rocha Victor, presidente do TJ; Pedro Regnoberto; João de Deus Barros Bringel, corregedor Geral de Justiça; Ernani Barreira Porto, que passou a ser o decano do Tribunal; Edite Bringel; Fernando Luiz Ximenes Rocha, vice-Presidente do TJ e diretor do Fórum Clóvis Beviláqua; José Cláudio Nogueira e João Byron de Figueiredo Frota. A desembargadora Huguette Braquehais, emocionada, solicitou a leitura de sua despedida à José Maria.

Encontro do projeto Ação Pedagógica Iota auditório do Fórum de Juazeiro do Norte

O auditório do Salão do Júri do Fórum Desembargador Juvêncio Joaquim de Santana, em Juazeiro do Norte a 510 km de Fortaleza foi pequeno para comportar as mais de 130 pessoas interessadas em participar de mais uma etapa do projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, que deu início, dia 21 de março, ao IV Ciclo de Correições, Inspeções e Visitas, desenvolvido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará.

Um total de 46 magistrados esteve presente, representando 95,85 por cento dos 48 juizes que poderiam comparecer ao evento, oriundos de 42 comarcas da Região do Cariri e municípios adjacentes. O encontro foi presidido pelo desembargador João de Deus Barros Bringel, corregedor Geral da Justiça, que esteve acompanhado pelos juizes corregedores-Auxiliares Francisco Suenon Bastos Mota; Antônio Pádua Silva; José Tarcílio Sousa da Silva e Hortêncio Augusto Pires Nogueira.

Participaram, além de magistrados, representantes do Poderes Executivo e Legislativo do Município; membros do Ministério Público e Defensoria Pública; advogados, cartorários e servidores da Justiça. As atividades do Projeto Corregedoria em Ação Pedagógica foram desenvolvidas durante todo o dia. Pela manhã, palestras e a tarde encontro reservado entre o Corregedor Geral, magistrados e representantes da OAB e Ministério Público.

Ao abrir os trabalhos, o desembargador Bringel ressaltou que o projeto já atingiu



mais de 105 comarcas e 283 cartórios em todo o Estado. Ele observou o caráter "altamente pedagógico que se vem imprimindo com o desenvolvimento do projeto, apontando aos magistrados e servidores caminhos

adequados para eliminação de falhas ou obstáculos, tudo direcionado no sentido de que a máquina da Justiça ande com mais velocidade e torne mais eficaz o mister de cada um, beneficiando aqueles que recorrem à Justiça".

Para o prefeito de Juazeiro do Norte, Raimundo Macêdo, a iniciativa da Corregedoria é de fundamental importância, uma vez que hoje, mais do que nunca, é necessário existir transparência. A sociedade - frisou - nos cobra ações concretas, que são provas de que as instituições estão fazendo, estão realizando, em prol de uma País". A reunião em Juazeiro - destacou o Prefeito - é uma demonstração de que o Judiciário também está preocupado em levar para a sociedade tudo aquilo que ele está realizando."

O diretor do Fórum de Juazeiro do Norte, Miguel Feitosa Cardoso, juiz da 5ª Vara, disse que o conceito que se tinha antigamente de Corregedoria como um órgão do Tribunal de Justiça que existia para receber denúncias e representações desastradas ou desastrosas contra juizes mudou completamente com o Corregedoria em Ação Pedagógica. E isso, segundo ele, é interessante.

Iria Maria Bandeira de Caldas Milfont, presidente da OAB - Subsecção Juazeiro



Mais de 130 pessoas participaram do encontro do projeto Ação Pedagógica

do Norte, disse que a iniciativa da Corregedoria merece aplausos, pois é através deste projeto que "se quer otimizar a prestação jurisdicional, se quer racionalizar os atos processuais e, certamente, se quer conhecer as dificuldades. Então, nada mais merecedor de aplausos do que uma Ação Pedagógica como essa. E nós esperamos que se chegue ao final conhecendo a realidade de cada comarca".

CICLO

O IV Ciclo de Correições, Inspeções e Visitas da Corregedoria Geral da Justiça é desenvolvido, no mínimo, em quatro semanas. Na primeira, de 21 a 24 de março, foi realizada inspeção em Juazeiro do Norte, correição em Brejo Santo e

visitas inspecionais em Caririçu, Granjeiro, Jardim, Jati, Missão Velha, Penaforte e Porteiras. Na segunda semana, de 27 a 30 de março, ocorreram inspeções no Crato e Barbalha e visitas em Abaiara, Aurora, Baixio, Barro, Ipaumirim, Mauriti, Milagres e Umari.

Estão previstos ainda, dentro deste ciclo, trabalhos em outros 24 municípios: Acopiara, Aiuaba, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Cariús, Catarina, Cedro, Farias Brito, Icó, Iguatu, Jucás, Lavras da Mangabeira, Nova Olinda, Orós, Potengi, Quixelô, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre. As reuniões do Projeto Corregedoria em Ação Pedagógica já foi realizado em Sobral, Crateús e Caucaia.

OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO · OPINIÃO



É uma iniciativa louvável, já que nós juizes, principalmente aqui da Região, sentimos um distanciamento e uma carência de informações

maiores sobre o funcionamento da máquina judiciária. Ou seja, nós precisamos de mais informações sobre políticas e estratégias de administração judiciária que possam trazer melhores resultados, que possam aumentar a celeridade e tramitação dos procedimentos burocráticos - Geritsa Sampaio Fernandes Montezuma, juíza da 4ª Vara de Crato.



É uma grande iniciativa da Corregedoria, principalmente para os cartórios aprimorem mais as suas questões de emolumentos...

É muito importante o esclarecimento para os cartorários, pois os cartórios do Interior não possuem tanta informação quanto os da Capital. É uma atitude realmente louvável e espero que hajam mais reuniões como esta - George Anderson Gondim Montenegro, cartório do 1º ofício do Cedro.



Eu, particularmente, considero importante a iniciativa, uma vez que é uma oportunidade para tirarmos todas as nossas dúvidas. É

melhor que a simples punição. É através do diálogo que existe um entendimento. Nós, do Interior, somos muito abandonados. Em encontros dessa natureza termos a oportunidade de pesquisar e esclarecer as dúvidas, que são muitas - Maria Louzinha Leite Férrer, Cartório Férrer, da comarca de Lavras da Mangabeira.



É uma oportunidade para trocarmos idéias, dentro das nossas necessidades e da possibilidade do Tribunal de Justiça nos ajudar. É um

enfoque muito interessante, pois ao invés de castigar, a Corregedoria se propõe a conversar primeiro, orientar o juiz. É uma oportunidade excelente de trocamos idéias e fazemos um Judiciário cada vez melhor - José Valdísio de Oliveira Neto, juiz da Vara Única de Aurora.

Congestionamento da Justiça estadual cai em média 4,88 pontos percentuais

Pádua Martins*

A taxa de congestionamento da Justiça estadual cearense (1º e 2º Graus e Juizados Cíveis e Criminais) decresceu 4,88 pontos percentuais 2004, quando comparada com o resultado obtido em 2003. É o que pode ser constatado pela média dos dados da pesquisa Justiça em Números - Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário (Justiça estadual, referente ao ano de 2004), divulgada, em 23 de fevereiro, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O estudo revela também números da Justiça Federal e Trabalhista.

Pela pesquisa, a Justiça estadual cearense continua sendo a mais congestionada do Brasil, mas a queda da taxa é significativa, sobretudo por ter ocorrido em um pequeno espaço de tempo. Mesma mantendo-se líder no congestionamento, devemos observar que as dificuldades enfrentadas pela Justiça estadual cearense continuam as mesmas, como, por exemplo, poucos desembargadores e magistrados; elevada carga de trabalho e baixo investimento.

Diante de tantos problemas, a queda na taxa de congestionamento torna-se

ainda mais significativa, pois mostra que houve grande esforço para melhorar a prestação jurisdicional. E há ainda um fato que torna a redução do congestionamento ainda mais importante: o decréscimo ocorreu tanto na Justiça de 1º Grau, como na de 2º Grau e nos Juizados Especiais.

Vale observar que a melhoria do serviço judiciário, conseqüentemente trazendo benefícios para aqueles que recorrem ao Poder, foi uma das principais metas da administração do desembargador João de Deus Barros, Bringel, quando presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no período de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2005.

Naquele ano, medidas foram tomadas para agilizar a prestação jurisdicional, como, por exemplo, a criação da Central de Conciliação (2º Grau); as semanas de Conciliação desenvolvidas no interior do Estado e os encontros regionais com magistrados, que congregou todas as comarcas do Interior do Estado, culminando com um grande encontro na em Fortaleza.

Juizados especiais e 1º Grau têm maiores reduções

A maior redução do congestionamento ocorreu nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e atingiu 7,32 pontos percentuais, passando de 92,84 por cento registrados em 2003 para 85,52 por cento em 2004. Depois do Ceará, os estados que têm maior congestionamento nos Juizados Especiais são: Pará, com 83,81 por cento; Tocantins, com 75,47 por cento; Bahia, com 75,82 por cento e São Paulo, com 74,69 por cento.

Logo em seguida vem a de 1º Grau, que passou de 98,52 por cento registrados em 2003 para 92,51 por cento em 2004, representando queda de 6,01 pontos percentuais. O Ceará é seguido por Pará, com 92,18 por cento; Rio de Janeiro, com 90,44 por cento; Bahia, com 87,18 por cento e Santa Catarina, com 86,87 por cento.

Já a taxa de congestionamento na Justiça de 2º Grau caiu 1,31 ponto, passando de 94,87 por cento para 93,56 por cento. Bahia ocupa a segunda

colocação, com 89,42 por cento; Alagoas surge em terceiro, com 84,39 por cento, seguido por Pernambuco, com 81,82 por cento e São Paulo, com 75,83 por cento.

PROCESSOS

O número de processos novos na Justiça estadual de 1º Grau por 100 mil habitantes é de 2.310,46 em 2004, contra os 2.452,70 de 2003, significando que, entre os demais Estados e o Distrito Federal, o Ceará passou de 21º para 20º lugar. Já na Justiça de 2º Grau, o Ceará ocupa a 17ª colocação, com 215,12 casos por 100 mil habitantes, resultado que também representa queda quando comparado com o de 2003 (250,89 casos por 100 mil habitantes, época na qual o Estado estava em 18º lugar). Nos Juizados Especiais, a posição do Ceará em 2004 foi de 21º lugar, o mesmo do ano anterior, embora tenha ocorrido decréscimo nos números de casos novos,

TAXA DE CONGESTIONAMENTO DA JUSTIÇA ESTADUAL DE 1º GRAU				
UF	Sent _{1º}	CN _{1º}	Cpj _{1º}	† _{1º}
Acre	Indisponível	18.397	Indisponível	Indisponível
Alagoas	Indisponível	Indisponível	Indisponível	Indisponível
Amapá	Indisponível	Indisponível	Indisponível	Indisponível
Amazonas	40.990	89.124	194.966	85,57%
Bahia	206.605	297.736	1.313.571	87,81%
Ceará	57.748	184.295	586.715	92,51%
Distrito Federal	199.433	187.864	379.425	64,84%
Espírito Santo	142.813	137.051	Indisponível	Indisponível
Goias	160.408	261.529	708.567	83,46%
Maranhão	54.770	84.465	221.851	82,12%
Mato Grosso	87.841	134.068	397.361	83,47%
Mato Grosso do Sul	98.972	156.561	390.455	81,91%
Minas Gerais	612.039	1.014.026	1.385.736	74,50%
Pará	38.014	137.354	348.869	92,18%
Paraíba	87.078	129.088	198.165	73,39%
Paraná	293.513	530.622	1.512.120	85,63%
Pernambuco	849.077	265.656	40.109	Indisponível
Piauí	57.488	48.029	149.075	70,83%
Rio de Janeiro	343.758	467.790	3.129.197	90,44%
Rio Grande do Norte	30.338	84.664	138.741	86,42%
Rio Grande do Sul	667.354	869.532	1.782.195	74,83%
Rondonia	55.370	67.926	166.412	76,37%
Roraima	Indisponível	Indisponível	Indisponível	Indisponível
Santa Catarina	238.494	496.449	1.320.149	86,87%
São Paulo	2.026.087	3.986.675	10.242.524	85,76%
Sergipe	70.482	81.278	65.246	51,90%
Tocantins	32.519	39.943	Indisponível	Indisponível
Média	259.967	407.088	1.174.831	80,51%

$$\dagger_{1^\circ} = 1 - \frac{\text{Sent}_{1^\circ}}{\text{CN}_{1^\circ} + \text{Cpj}_{1^\circ}}$$

†_{1º} Taxa de Congestionamento, CN_{1º} Casos Novos Cpj_{1º} Casos Pendentes de Julgamento Sent_{1º} Nº de Sentenças, Acórdãos, Decisões e Despachos que põem fim a um processo

de 732,88 para 603,23.

A pesquisa revela que, em 2004, houve um ligeiro decréscimo no número de casos novos por magistrado do estado do Ceará, que somam 358 (de 1º e 2º Graus). Na Justiça de 1º Grau, o Ceará ocupa a 14ª posição, pois são 637,70 novos casos por magistrado contra os 651,68 registrados no ano anterior (ocupava o 13º lugar). Os casos novos por magistrado (23 desembargadores) na Justiça estadual cearense de 2º Grau totalizaram 746,04 em 2004, ficando o Ceará na 14ª colocação, contra a 13ª de 2003 (846,30 casos). Nos Juizados Especiais foram 1.046,02 novos casos por magistrados em 2004 (18ª posição no ranking nacional), contra os 1.425,38 casos de 2003 (15ª colocação).

CARGA DE TRABALHO

A carga de trabalho na Justiça estadual de 1º Grau foi de 2.667,85 por magistrado

em 2004, levando o Ceará a ocupar a 11ª posição entre os 26 Estados e o Distrito Federal. Houve uma significativa redução quando comparado com o resultado de 2003: 7.798,35 casos por magistrado (o Ceará ocupava a segunda colocação).

Na de 2º Grau, o Ceará é o primeiro na carga de trabalho por magistrado, com 4.391,35 processos, apesar de ter ocorrido uma redução quando comparado com 2003 (4.449,35 processos). Nos Juizados Especiais houve uma redução significativa, pois o Estado passou a ocupar a 17ª posição, com 1.506,72 processos por magistrado, contra os 9.478,88 de 2003, época em que ocupava a sexta colocação.

* Pádua Martins é jornalista e Assessor de Imprensa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

Encontro na comarca de Caucaia reúne

Mais de 110 pessoas participaram do projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, que deu início ao terceiro Ciclo de Correições, Inspeções e Visitas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará. Dentre os participantes, 36 juízes de 41 comarcas (algumas são vinculadas); 31 cartorários; diretores de secretaria dos fóruns, além de palestrantes, advogados e membros do Ministério Público.



Abertura do terceiro ciclo em Caucaia reuniu autoridades

O encontro foi realizado durante todo o dia 25 de novembro de 2005, no Fórum Desembargador Joaquim Olímpio da Silveira Carvalho. O terceiro Ciclo de Correições, Inspeções e Visitas foi realizado ao longo de quatro meses, sendo concluído em fevereiro deste ano, sendo Maracanau a última comarca a receber os trabalhos da Corregedoria.

O desembargador João de Deus Barros Bringel, corregedor Geral da Justiça, ao abrir o encontro ressaltou a importância do projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, destacando seu caráter instrutivo.

Prestigiaram a reunião, dentre as muitas autoridades, o secretária da Justiça do Estado do Ceará, Evânio Guedes, representado o governador do Estado, Lúcio Alcântara, e a desembargadora Edite Bringel, Ouvidora Geral do Poder Judiciário do Estado.

A juíza Mirian Porto Mota Randal Pompeu, diretora do Fórum de Caucaia, agradeceu ao desembargador Bringel a escolha daquela comarca para a realização do encontro. Para ela, a reunião é importante para que a Corregedoria tenha um contato maior com as comarcas.



Mais de 100 pessoas, entre elas, 36 juízes, compareceram

Durante o dia foram realizadas palestras visando à otimização dos serviços jurisdicionais e o esclarecimento de dúvidas mais comuns de juízes e servidores. A primeira palestra foi proferida pelo juiz federal George Marmelstein Lima, da 4ª Vara da Justiça Federal do Ceará, que abordou o tema Racionalização dos Atos Processuais. Em seguida, o coronel da Polícia Militar Adail Bessa de Queiroz, chefe de Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar, falou sobre a Utilização da Tecnologia da Informação a Serviço da Justiça e Segurança Pública. Vera Rouquayrol, auditora da Corregedoria, proferiu palestra sobre a Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registros. Por fim, os juízes corregedores auxiliares Antonio Pádua Silva e José Tarcílio Sousa da Silva apresentaram palestra sobre Procedimentos Administrativos.

Um total de 41 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e circunvizinhanças participaram do terceiro ciclo, que realizou correições em Aracoiaba, Eusébio e Trairi, e inspeções em Acarape, Apuiarés, Aquiraz, Aratuba, Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Cascavel, Chorozinho, General Sampaio,

Guaiúba, Guaramiranga, Horizonte, Irauçuba, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Itapiúna, Maracanau, Maranguape, Mulungu, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Penteconste, Pindoretama, Redenção, São Gonçalo do Amarante, São Luiz do Curu, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.

mais de 100 participantes

Projeto Ação Pedagógica

Paulo Eduardo Mendes

O querer é poder. Máxima popular de grande alcance. Seriedade de propósitos. Princípios arraigados a procedimentos de visão. Depuração constante de homens públicos vocacionados para o seu mister profissional. Intróito necessário para dizer da "Ação Pedagógica" traçada pela Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, na administração do Des. João de Deus Barros Bringel. Ele, silenciosamente, procura sempre somar em seu trabalho de equipe. "Acerca-se de bons e serás dos bons", parece declamar no afã de produzir resultados positivos na causa da Justiça.

O projeto Corregedoria em Ação Pedagógica está no apogeu de sua realização. Organização e método exequíveis, na linha de promover, atualizar e orientar pedagogicamente não só aos magistrados, mas a todos os servidores do judiciário cearense, no sentido de aprimorar o atendimento das metas e persecuções da Justiça como apanágio da verdadeira democracia.

Um aproveitamento límpido do próprio preceito Constitucional previsto no art. 37, da Carta Magna da República de 1988 que dispõe aos detentores de "funções administrativas a obrigação de atuar com presteza, perfeição e rendimento funcional, em busca de resultados positivos na prestação judicial", a bem da comunidade.

Assim procede, o Des. Bringel. Justifica seu intento dentro dos parâmetros da respeitabilidade inerente ao serviço público. Estabelece bases para um trabalho dinâmico. Cria ciclos correicionais, por sede e regiões, na



A Corregedoria em Ação Pedagógica possibilita não só a discussão de problemas comuns às comarcas do interior e da Capital, mas visa encontrar soluções em época de tanta angústia na seara política-administrativa do País como um todo.

certeza de cobrir todo o programa e sair dessa atmosfera de fiscalizar por fiscalizar. Dota sua tarefa do humanismo, com responsabilidade, estabelecendo um melhor estreitamento de cordialidade entre juízes e servidores, com o fito de estimular a harmonia através de palestras e com a distribuição de material pedagógico e coleta de sugestões e reclamações de todos que integram a Justiça cearense.

A vontade de alcançar metas vem exatamente do estrito cumprimento dos itens do projeto que tem respaldo de Bringel que estimula sua equipe de aceitação da atual gestão de 2005/2006 do Tribunal de Justiça, na confiabilidade do Des. Presidente Francisco da Rocha Victor e do Vice Fernando Luis Ximenes Rocha, além do próprio Corregedor João de Deus Barros Bringel que estimula sua equipe de selecionados juízes à perfeita execução dos serviços, num clima de integração que transcende aos trabalhos

de mera rotina.

A Corregedoria em Ação Pedagógica possibilita não só a discussão de problemas comuns às comarcas do interior e da Capital, mas visa encontrar soluções em época de tanta angústia na seara política administrativa do País como um todo. Exemplo que pontificamos neste espaço onde priorizamos comentar as boas idéias e repetir que nem tudo está perdido. O bom trabalho é a chave do êxito em qualquer vertente dos Três Poderes da República.

Paulo Eduardo Mendes é juiz de Direito e Jornalista



Corregedoria publica Relatório Anual e aponta principais atos de 2005

Os atos da Corregedoria Geral da Justiça no ano passado somam 4.986, entre decisões do corregedor Geral, desembargador João de Deus Barros Bringel, pareceres dos juízes auxiliares, da assessoria jurídica e outras atividades desenvolvidas ao longo do primeiro ano da gestão. É o que mostra o Relatório Anual 2005, que está disponível no site www.tj.ce.gov.br/corregedoria.

O documento, contendo 32 páginas, resume as principais iniciativas implantadas pelo órgão no Interior e na Capital, como o projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, o projeto Fale com o Corregedor, a implantação da Assessoria de Imprensa e do site da Corregedoria na Internet. "Todas as ações tomadas por nós tiveram como objetivo, direta ou indiretamente, promover a melhoria dos serviços prestados pela Justiça", observou o desembargador Bringel na apresentação do relatório.

Através do documento, é possível conhecer os principais atos publicados pela Corregedoria no ano de 2005, entre eles: editais, provimentos, portarias e ofícios circulares. Além disso, estão disponibilizados as atividades dos juízes corregedores auxiliares e da Auditoria, com destaque às Correições, Inspeções e Visitas realizadas nas comarcas e nos cartórios do Interior do Estado.

O perfil do Poder Judiciário do Estado

também está disponível no documento, discriminando as 184 comarcas cearenses de acordo com a entrância, quantidade de juízes e comarcas vinculadas. Além disso, o relatório traz gráficos e mapas, facilitando o entendimento da organização da Justiça no Ceará.

O Relatório Anual 2005 da Corregedoria Geral da Justiça apresenta uma avaliação parcial do projeto Corregedoria em Ação Pedagógica, que, através dos encontros no Interior, realizados em Sobral, Crateús e Quixadá, reuniu magistrados de 105 comarcas do Ceará. Além disso, 102 magistrados do Fórum Clóvis Beviláqua estiveram na sede da Corregedoria em reunião com o desembargador João de Deus Barros Bringel, em sete encontros realizados entre 10 de agosto e 14 de setembro.

O desembargador Bringel destaca que a equipe da Corregedoria desenvolve suas atribuições de forma altamente pedagógica, apontando aos magistrados e servidores os caminhos para correção de possíveis equívocos e os meios para agilizar a prestação jurisdicional. "No encontro com os magistrados da Capital, além do debate sobre estatísticas mensais, procuramos trocar experiências vitoriosas, a fim de melhorar o atendimento dos Juizados Especiais da Capital", exemplifica.

Inspeções nos cartórios reduzem inadimplência com o Fermoju para 23,3%

Um total de 283 serventias extrajudiciais (cartórios) foi inspecionado pela Auditoria, nos três primeiros Ciclos de Correições, Inspeções e Visitas desenvolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, em 2005, no primeiro ano de gestão do desembargador João de Deus Barros Bringel.

Tal resultado atingiu, nada mais nada menos, do que 86,54 por cento dos 327 cartórios existentes em 99 comarcas onde foram realizados os ciclos. No primeiro Ciclo foram inspecionados 97 cartórios, no segundo 81 e no terceiro 105, perfazendo, desta forma, as 283 inspeções.

Os dados, publicados no Relatório Anual da Corregedoria, revelam que o percentual de cartórios inadimplentes com o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Fermoju) chegava a 42,05 por cento e depois do trabalho realizado baixou imediatamente para 23,3 por cento do total de cartórios inspecionados (283).

O setor de Auditoria da Corregedoria Geral constatou que o resultado das inspeções promoveu, no primeiro momento, reconhecimento, por partes dos cartórios, do débito para com o Fermoju e, por consequência, o pagamento e a atualização das informações.

Os auditores Vera Rouquayrol e Roberto Leite Bezerra observaram ainda que há necessidade de manter um acompanhamento mais direcionado com fins de obter maior eficiência dos resultados.



Auditoria esteve presente em 99 comarcas em 2005

NÚMEROS

283

cartórios foram inspecionados pela Corregedoria Geral da Justiça em 2005

86,54

por cento dos 327 cartórios das 99 comarcas inspecionadas receberam fiscalização da Auditoria da Corregedoria

Mas para a obtenção dessa eficiência, a Auditoria informa que deverá ser instituído um trabalho em conjunto com a participação da Corregedoria-Geral, Tribunal de Justiça e Fermoju, bem como dos Juízes de primeiro grau, diretores do Fórum, que são os corregedores permanentes frente às serventias, inclusive para exigir com prontidão e exatidão o que é devido ao Fermoju, conforme dispõe o artigo 24 da Consolidação das Normas e Procedimentos da Corregedoria (Provimento 06/99).

EXPEDIENTE

Corregedoria em Ação

Informativo da Corregedoria da Justiça do Estado do Ceará

Corregedor Geral
Desembargador João de Deus Barros Bringel

Juizes Corregedores Auxiliares
Francisco Suenon Bastos Mota
Antonio Pádua Silva
José Tarcílio Sousa da Silva
Hortênsio Augusto Pires Nogueira

Editor: Jornalista Pádua Martins
Redação e Editoração Eletrônica: Felipe Lima
Fotos: Assessoria de Imprensa
Tiragem: 2.000 exemplares
Impressão: Parque Gráfico do Tribunal de Justiça

Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n
Cambéba - Fortaleza-CE - CEP 60.830-120
Telefone: (85) 3216.2841 FAX: (85) 3216.2852.

Contato com a Assessoria de Imprensa: (85) 3216.2860 - E-mail: impresacgj@tj.ce.gov.br